

FRANCA



simpósio dos professores
universitários de história

3 · 7 DE NOVEMBRO, 1965

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
DE FRANCA.

Associação dos Professores Universitários de História.

ANAIS .

FRANCA

1966

ARTESANATO, MANUFATURA E INDÚSTRIA. (Nota conceitual e tentativa de aplicação ao Brasil).

Francisco Iglésias (*).

E' tarefa importante para o historiador definir com exatidão o seu objeto. O presente tema — artesanato, manufatura e indústria — faz supor linha evolutiva, passando-se de uma atividade a outra. Se de certo modo assim é, as fases não se eliminam, podendo perfeitamente coexistir. Demais, como os conceitos não são rígidos, variando de época e de local, conforme a tecnologia, deve-se tentar uma definição, cujo mérito seria o esclarecimento da realidade de cada fase. O uso diferente que se faz das palavras artesanato, manufatura e indústria, hoje e em meados do século XIX ou no fim do século XVI, por exemplo; ou o que se faz no Brasil, nos Estados Unidos, em certa parte da África; ou, dentro do Brasil, em São Paulo, no Piauí, ou ainda, na história do Brasil, em meados do século XVIII, no censo de 1907 ou em 1945 — o uso dessas expressões, dizíamos, é variável, por motivos altamente esclarecedores do processo de mudança. Através do estudo desse processo é possível chegar-se ao entendimento do próprio fluxo que é a realidade histórica.

A escolha do tema deste Congresso de Professores de História parece-me, pois, muito feliz, uma vez que coloca matéria de interesse. Pode-se, através dela, apreender o que tem sido a história do homem, que é, em grande parte, a história das formas de produção. Tratando de assunto rico em implicações com outras ciências sociais — notadamente a Etnologia, a Sociologia, a Economia, a Política —, permite e exige o diálogo com elas, contribuindo para o desejável inter-relacionamento disciplinar, única forma de clarificação de todas elas, uma vez que a ciência social é uma totalidade que só se fragmenta por motivos didáticos e não ser possível a sua abordagem direta. Através do diferente uso de palavra como indústria pode-se ter idéia nítida da relatividade de um conceito, que só se esclarece

(*) — Professor da Universidade Federal de Minas Gerais.

pela história. Situado e datado, em local e tempos certos, êle ilustra a imposição da perspectiva histórica, como a única que é capaz de dar à ciência social o seu indispensável sentido de relativismo.

Esta comunicação tem por objetivo apenas focalizar o tema, sem pretender aprofundá-lo — o que seria inviável na brevidade de tempo de que se dispõe. Desenvolver-se-á a matéria em três partes: 1). — artesanato, manufatura e indústria, com linha evolutiva, com a busca de caracterização de cada fase; 2). — caso concreto dessa variação de conceito: tentativa de uso no exemplo brasileiro; 3). — conclusão.

1). — Dos três elementos do tema, o mais geral é o último. A expressão indústria tem inúmeros significados: é a produção de riquezas — fala-se em indústria da lavoura, em indústria da pecuária, ou em indústria agrícola; fala-se em indústria artesanal, indústria manufatureira, indústria fabril. Qualquer atividade produtora ou lucrativa seria uma indústria, em oposição às realizações filantrópicas, lúdicas ou gratuitas, ou aos serviços dos burocratas. Etimologicamente, indústria significa atividade. No sentido econômico, é a transformação de matérias primas, para seu conveniente consumo pelo homem. A maior parte do que se consome é fruto de elaboração, maior ou menor. Só os grupos primitivos encontram na natureza o que lhes é necessário; quanto mais desenvolvido é o grupo, tanto mais êle exige de preparo do que usa. O homem está sempre fazendo, inventando, construindo o seu mundo. Nesse esforço é que êle se realiza. A tecnologia vem a ser, portanto, não só o meio de dominar a natureza, adaptando-a, como a principal afirmação do homem, uma vez que é por ela que êle se sobrepõe à paisagem, pela inteligência e pela vontade. Se a indústria é o processo de transformação da matéria prima, artesanato e manufatura são indústrias. Os três termos, pois, têm o mesmo objetivo.

De maneira geral, o artesanato é atividade rústica, elaborada por uma pessoa ou grupo reduzido, que se incumbem da tarefa em tôdas as fases, em a divisão do trabalho. Cada produto que se faz é único, com difícil reprodução perfeita. O artesão exerce o ofício por conta própria, só ou com a ajuda da família ou de alguns poucos companheiros. Trata-se de forma característica de transformação da matéria prima de sociedades pouco evoluídas, de pequena concentração populacional, sem intercâmbio com outras. O subsistir o artesanato em sociedades mais complexas, de tecnologia avançada, numerosas e em

muita comunicação com outras, com intenso grau de comercialização, é apenas um caso de contemporaneidade de formas não contemporâneas. Aí êle não chega a adquirir relêvo econômico, distinguindo-se antes pela singularidade, de interêsse mais para o **folklore** que para a economia. Se essa forma é quase sempre característica de pobreza de recursos ou insuficiência tecnológica, pode-se lembrar também a existência de artesanato com muita elaboração artística: muito do que há de melhor na arte resulta mesmo dessa individualidade que é a própria criação, do primeiro ao último instante. Na perspectiva histórica, admite-se que o artesanato é o início da atividade industrial.

A manufatura, se tomada em sentido literal, é trabalho feito com as mãos, como indica a etimologia. Ou aquêle em que não interfere a máquina, o homem agindo com o auxílio de ferramentas ou utensílios. Empregou-se a palavra, entretanto, para designar oficinas em que havia máquinas: a manufatura seria o estabelecimento com número até grande de operários, para produção de artigo conforme o princípio da divisão do trabalho, cada fase executada por um operário. As fábricas, pequenas ou grandes, recebiam êsse nome até há algumas dezenas de anos. Entretanto, deve-se evitar a expressão hoje, quando se trata de fábricas em que há máquinas. O período manufatureiro, de acôrdo com Marx, vai de meados do século XVI ao último têtço do século XVIII. Sombart, outro lúcido estudioso do industrialismo e do capitalismo, reconhece o mesmo período para a manufatura, ainda que quase não fale nela, denunciando, até meados do século XVIII na Inglaterra e meados do seguinte em outros países da Europa, antes a organização de tipo artesanal, que encontra em larga escala mesmo neste século. Sombart não procura distingüir artesanato e manufatura, empregando sem rigor os têtmos.

Na manufatura os objetos podem ser feitos em série, êles se repetem. Tal como o artesanato, ela é para atender necessidades limitadas, sem possível expansão. Se admite as grandes fábricas — como as fábricas reais na França, no fim do século XVII —, se há estabelecimentos que produzem livremente, a forma comum é ainda a da corporação, com tôda a rigidez e limites das leis que a regulamentam. Daí o entrave que essa organização do trabalho representa, quando já são outras as condições econômicas e sociais que não as que dominavam na oportunidade de seu aparecimento: as necessidades

crescentes do consumo, com a ampliação dos mercados, impõem as grandes fábricas, que têm outra estrutura e tecnologia, encerrando a fase das corporações.

A indústria vem a ser, assim, a atividade de transformação da matéria prima que supõe processo tecnológico mais avançado, com o máximo de divisão do trabalho, organização racional. Faz-se a separação completa entre a pessoa que produz e o produto: entre um e outro é impossível reconhecer qualquer vínculo. O número de consumidores é muito grande, o índice de comercialização é alto, de maneira que a máquina se impõe. Já não é mais a ferramenta, que ajuda o homem, mas a máquina, que o substitui. A diferença entre a ferramenta e a máquina é algo mais que o aumento da complexidade. A ferramenta está nas mãos do homem, enquanto a máquina é dirigida por ele, mas acionada por algum outro fator energético. Uma é tão antiga quanto a outra. Em certo momento, assiste-se à passagem da manufatura para a maquinofatura. O produto é obtido pela máquina, movida por determinada força, a atividade do operário sendo pouco mais que o controle do mecanismo. A nova fábrica, que atinge grandes dimensões e pode empregar muitos trabalhadores, tem a produção em processo automático. O homem interfere cada vez menos com sua força. A técnica progride em ritmo extraordinário, para satisfazer necessidades e mesmo para criá-las, pois o mercado é de concorrência e tem amplitude crescente: com a imposição do industrialismo, a técnica é fundada na ciência e o método que a dirige não é mais o empírico; em lugar de transmissão de experiência de uma pessoa para outra, como herança que é monopólio de pequeno grupo, há observância de leis e procedimentos que se fixam no campo científico, como se observa alguns decênios depois da chamada "revolução industrial".

E' impossível fixar quando a passagem da manufatura à maquinofatura se verifica, pois na história econômica não há marcos visíveis, como na história política: não há datas nem nomes, pois tudo resulta do esforço continuado do homem. A substituição do seu trabalho já era feita por máquinas simples, com o uso das forças da natureza, dos animais, até que se passou ao uso de outro fator energético, que vem a ser o vapor. Se a máquina a vapor é um longo processo, é em torno do seu aperfeiçoamento — que outra coisa que um simples aperfeiçoamento não é a contribuição de James Watt, em 1769 — que gira a idéia de revolução industrial ocorrida na Inglaterra.

Esse fato, de transcendente repercussão na História, assinala fase de novo fator de energia, a acionar as máquinas com resultado até então desconhecido. Toda a estrutura do processo produtivo vai ser alterada, sob o impacto da nova tecnologia.

Falou-se em revolução industrial. Assim é que se tem chamado, com arbitrariedade, a essa mudança, quando o que se verificou não foi mais que aceleração do ritmo da evolução, lento até aí. A passagem da manufatura à maquinofatura é a do manual ao mecânico, ou, como esclareceu o seu primeiro sistematizador — o velho Arnold Toynbee —, a transformação da pequena indústria, manual, para consumo próximo, em grande produção, mecânica, para o consumo longínquo. A técnica, de desenvolvimento vagaroso da pré-história a meados do século XVIII, em curto período se revoluciona. Se não há diferenças marcantes entre a técnica dos gregos e romanos e a dos europeus do início do século XVIII, há diferenças profundas entre meados do século XVIII e o fim do século XIX. Em poucos decênios há variações assinaláveis no campo econômico, com o aumento da produção, a divisão técnica do trabalho, a nova fisionomia das fábricas, a concentração das indústrias, o estímulo do comércio, mais aplicações de capital, instituições de crédito, sociedades anônimas, o estímulo de combinações financeiras, a nova distribuição das atividades econômicas. Demais, no campo dos reflexos sociais mais amplos, verificam-se na mesma época o aumento da urbanização, movimentos populacionais, ascensão da burguesia, acirramento da luta de classes, aumento do bem-estar. A máquina vai ter reflexos não só na técnica e na economia, mas na sociedade, em sentido bem amplo. Estabelece-se o capitalismo industrial, que leva o sistema capitalista ao apogeu.

A indústria vai fazer a riqueza de nações e libertar o povo da sujeição. Haverá cada vez menos gente entregue ao trabalho da terra, pois a vida agrícola, orientada pela ciência que lhe dá racionalidade desconhecida antes, terá mais produtividade, de modo a dispensar a vasta mão-de-obra que empregava. Com o uso e novos elementos energéticos — primeiro o vapor, depois a eletricidade, já agora a força nuclear, que abre perspectivas extraordinárias —, cresce o poder do homem sobre a natureza: a nova sociedade, surgida do industrialismo, não será mais agrícola nem industrial, mas uma sociedade de serviços de direção. O aumento da produtividade das técnicas mais avançadas dispensa mão-de-obra agrícola e industrial, o homem concentrando-se nas atividades de controle e direção de me-

canismos, até chegar à fase quase fantástica da cibernética. Empregando a terminologia que o economista Colin Clark pôs em moda, chega-se ao predomínio das atividades terciárias, ou de serviços de direção, enquanto as atividades primárias — agrícolas e simples extração de matéria prima — e as secundárias — transformação de matéria prima, ou indústria — empregam número reduzido de pessoas. A técnica operou a maravilha da libertação do homem, encaminhando-o para sociedade em que êle se afirma plenamente, em processo de enriquecimento em todos os sentidos, de democratização. Nada menos mecânico do que o mundo que surge da técnica, nada mais humano do que a vida que surge da sociedade industrial. E' êsse papel libertador que é exaltado pelo lúcido estudioso dessa sociedade que é Jean Fourastié. A nova ordem deverá implicar em reajustamentos sociais, políticos e até psicológicos, para evitar os possíveis desencontros de alterações tão grandes em período tão curto.

Em síntese, pode-se reconhecer que as palavras artesanato, manufatura e indústria procuram estabelecer evolução de processo que é básicamente o mesmo e se caracteriza pelo objetivo — que é a transformação da matéria prima para aproveitamento pelo homem. Artesanato e manufatura são indústrias: indústria vem a ser, pois, o termo mais genérico. O emprêgo que se faz dos dois outros é para designar fases em que a atividade não adquirira caráter complexo, por deficiência de recursos, organização e tecnologia. Como os conceitos sociológicos não têm rigidez, nem sempre é possível aplicá-los com rigor. Assim, o que se chamava de indústria, por exemplo, com o esclarecimento mais completo da realidade pelo estudo, pode receber agora o nome de manufatura ou de artesanato, quando se vê que a realidade corresponde mais a essas palavras que à primitivamente usada. O que se chama de indústria, em área pouco desenvolvida, em povo mais avançado, com organização racional e tecnologia apurada, poderá ser simples manufatura ou artesanato. Deve-se, pois, proclamar a relatividade no uso de conceitos. E aí é que cabe papel decisivo à História, uma vez que ela é que configura a fisionomia de cada época, de modo a permitir que se use, para caracterizá-la, a palavra correta: no caso que nos preocupa, o estudo das formas de produção, o conceito que deve caber a cada período. Se o de artesanato, o de manufatura, o de indústria.

2). — Considere-se agora um caso concreto: o brasileiro. Advirta-se inicialmente que a tentativa de uso de um dos três

conceitos que aqui se faz nada tem de dogmática. Sabemos que não é fácil o trabalho e que seu resultado é discutível, uma vez que não dispomos de dados que permitam conclusão muito segura. Veja-se aí a tentativa, como hipótese ou sugestão, para que outros, mais felizes ou equipados, consigam resultados mais apreciáveis.

Já é tempo de alguém tentar ampla história do nosso desenvolvimento industrial. Quando as energias do país se orientam no sentido de resolver a questão, com o equacionamento do processo econômico de nação realmente livre, quando sociólogos e economistas, políticos e administradores se preocupam com o tema, é preciso que também os historiadores se voltem para êle. Cabe-lhes dizer a apresentação que a matéria teve em outros tempos e quais os encaminhamentos que lhe deram, resultados obtidos, vicissitudes e conquistas.

No estado atual dos conhecimentos, já é possível tentar a síntese do processo evolutivo da indústria, das primeiras manifestações às formas atuais. É possível esboçar, sobretudo, a periodização desse processo. O importante em fixar tais marcos é que êles proporcionam a visão da dinâmica, evidenciando os fatores da industrialização, o material de que se dispunha e a técnica para o seu aproveitamento, o quadro institucional condicionador do trabalho, que põe em jôgo toda a realidade de diferentes épocas, as mudanças que se verificam e seus reflexos, de modo a traçar a linha da evolução nacional. Fixar marcos é sugerir, suscitar problemas, rever posições e propor pesquisas. Para o professor, é vantajoso contar com uma periodização, pois ela é que lhe faculta o esquema. Se a temporalidade é a categoria essencial do conhecimento histórico, o periodizar é cuidado constante do historiador. Está aí, exatamente, a grande dificuldade do seu trabalho, pois fixar marcos é limitar o que não tem limite, é estabelecer compartimento estanque no que é contínuo, é seccionar o que só existe como um todo. Se a realidade é fluida, está em permanente movimento, o difícil da periodização é surpreender a mudança, dificuldade que é tanto maior no campo da atividade econômica, como no tema que nos preocupa, quando a soma de pequenos melhoramentos vai constituir as invenções, muitas vêzes de todo imperceptíveis, pela insignificância, provocando o avanço tecnológico, que, por sua vez, vai refletir-se em todo o quadro social. Daí a razão de Fourastié ao escrever que “o esforço de nossa geração é achar, na banalidade cotidiana, a matéria essencial da ciência histórica”.

Como nosso objetivo, agora, é o estudo da história das transformações da matéria prima no Brasil, para seu aproveitamento, não há propriamente inventos a serem consignados, mas processos, técnicas e organização postos em prática em determinados momentos, no sentido de provocar o enriquecimento do país e a superação da ordem obsoleta que o tolhia. O estudo dêsse problema tem que levar em conta as vicissitudes da atividade no país: dificuldades do seu estabelecimento, pela estrutura dominante da economia agrária; fatores condicionantes da exploração econômica, que levam ao desaprêço por tudo que não é o produto imediato da terra, para subsistência da população e exportação ao estrangeiro, que é com êsse objetivo que o sistema explorador do Nôvo Mundo se estabelece; a situação de período colonial; o país politicamente livre e com laços de dependência econômica. A importação de quanto se consumia exigindo elaborado processo de fabrico era explicada, antes, pela idéia do pacto colonial, típica do período do Mercantilismo, quando se admite que a colônia é para fornecer matéria prima à Metrópole, que é a única que pode fazer o seu aproveitamento; idéia que depois continua a ter vigência nas novas nações, pela dependência delas relativamente aos grandes centros econômicos, notadamente Londres, núcleo dirigente, por meios diretos ou indiretos, do sistema capitalista. E' a mesma idéia que, no fundo, informa uma certa ideologia liberal, que sustenta a ordem política e econômica que se fortalece no século XIX, fundada, quanto à economia, na crença na divisão internacional do trabalho, com nações que devem ser agrícolas e nações que devem ser industriais.

O estudioso tem que levar em conta também os momentos em que se tentou a ruptura dessa teia, com a afirmação do trabalho transformador da matéria prima no próprio país. Com o cuidado de periodização, tais momentos, principalmente, é que interessam: fixá-los, surpreendê-los em sua origem e condicionamento, mostrando como é que o impulso se realizou e em que medida foi malôgro, exigindo pouco depois outro impulso. Quando as condições permitem, parece que o país está maduro, parte-se para um surto industrial, que logo é tolhido por fatores adversos, que mostram que havia apenas aparência de condicionamento favorável. A história de nossa atividade industrial é a história dêsses impulsos ou arrancos para criar no país as condições de mudança, com afirmação de sua autonomia econômica. Fixá-los, portanto, é dar matéria para a compreensão de tôda a vida brasileira, não só no aspecto específico da

indústria, mas de toda a realidade econômica e mesmo da vida do país no seu todo.

Na história do processo de transformação da matéria-prima no Brasil, muito do que se chama de indústria, não só no passado como no presente, é antes artesanato ou manufatura. Falta a essas iniciativas o emprêgo da máquina, pois usam simples utensílios ou a própria força humana, pela precariedade tecnológica; não há concentração de pessoas, de modo que os estabelecimentos são mínimos, sem a possível divisão técnica do trabalho. Conseqüentemente, inexistente a racionalidade que caracteriza o sistema industrial. Quem empregar um conceito rígido, moldado à realidade de hoje, tem que achar que a indústria, como quase tudo, começa em nossos dias. Concluir assim é não atentar para o processo cujo entendimento é a essência da disciplina histórica. O processo social, notadamente o econômico, é feito de somas, em linha contínua, sendo temerário falar em mortes e nascimentos, pois nada desaparece de todo e nada surge abruptamente. No caso da transformação de matérias-primas, só levar em conta o uso de técnicas e organizações de agora, é desconhecer a evolução, que implica evidentemente em formas de menos complexidade. e, de acôrdo com êsse raciocínio, a transformação da matéria-prima com recursos mais rudimentares não deve ser considerada, o mesmo se fará em época futura a propósito da atualidade de meados do século XX, quando meios mais requintados forem conhecidos. Se as técnicas de trabalho do século XVIII, por exemplo, parecem hoje irrelevantes, as de agora, fundadas na eletricidade, vão parecer irrelevantes dentro de poucos anos, quando se impuserem outros fatores energéticos, com base na desagregação do átomo. O fato de as técnicas da indústria serem diferentes admite a fixação de fases na evolução da atividade, mas não admite que se fale que ela começa em cada fase. Reconhecer sucessivos nascimentos é admitir que a mudança de quantidade ou de qualidade é capaz de alterar a própria essência, o que é descabido. A compreensão histórica é que permite fixar o problema, com seus embaraços e vitórias, através do tempo: no caso, o aproveitamento da matéria-prima pela elaboração mais ou menos requintada, em diferentes idades.

Tentando a periodização, é possível reconhecer seis momentos, o primeiro dos quais é a colônia, em que a atividade é limitada por diversas causas. A economia no início é quase exclusivamente extrativa, com a busca do pau-brasil. E logo

começa a produção do açúcar, que muito crescerá depois, a ponto de ser a principal riqueza brasileira em todo o domínio português. Sua técnica foi minuciosamente descrita pela obra de Antonil, **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**, publicada em 1711. Aí haverá o engenho, realidade que é o núcleo do primeiro labor industrial do país, para a produção de açúcar e aguardente, com as máquinas para elaboração da matéria-prima, com as moendas e caldeiras, as várias instalações, tudo acionado sobretudo por forças naturais e escravos. Em tôrno dessa riqueza vai formar-se o primeiro centro econômico, social e político do Brasil. No século XVIII a mineração se impõe, mas com técnica rudimentar, sem assistência superior do poder público, só interessado em tributos. E' atividade eminentemente de coleta ou extração, com pequeno preparo da matéria-prima. As outras riquezas mineiras foram menos importantes. Quanto ao ferro, fizeram-se, para as necessidades, centenas de forjas, com processos rústicos e rendimentos mínimos: era trabalho que se fazia nas fazendas, por exigência do mundo rural.

Ao lado do açúcar e mineração, refiram-se as produções de tecidos, as construções navais e outras atividades menores, de significado restrito pelo caráter local ou de curto prazo, como a exploração da fibra da guaxima para cordas, de uso em pequenas embarcações, no Rio; a cultura do cânhamo, no sul; outras fibras, no Pará; olarias, para telhas; caieiras, para cal; cerâmicas, curtumes, artigos de consumo, como vinhos, doces, preparo de carnes, móveis e utensílios, construção civil, extração de sal, o anil, a cochonilha, o bicho-da-sêda. Muitas dessas atividades são estudadas por Heitor Ferreira Lima em **Formação industrial do Brasil**. Algumas delas constituem trabalhos domésticos que não têm nada a ver com indústria — é o caso do preparo de doces ou carnes —; outras são simples atividade extrativa, como o sal. A essas produções do Brasil antigo, poder-se-ia acrescentar o labor modesto que denuncia fortes influências da técnica indígena ou africana; atividades como o aproveitamento da abelha para velas de cêra e mel — a apicultura dos índios —, bebidas além do aguardente e vinho, alpargatas e tecidos em geral, teares, monjolos, um sem número de trabalhos de todo tipo, de reflexo restrito, local, sôbre os quais se pode ler, entre outros estudos, a obra de História e etnografia que é **Caminhos e fronteiras**, de Sérgio Buarque de Holanda. Os tecidos, sobretudo, foram generalizados, em diferentes pontos, chamando a atenção da Metrôpole, que, pe-

lo alvará de 1785, proibiu as “fábricas de tecidos, manufaturas ou teares”, permitindo só as “fazendas grossas de algodão”. A ordem não teve os reflexos que lhe têm sido atribuídos, pela insignificância do que se procurava destruir. Basta que se lembre que o material apreendido em decorrência dela foi mínimo. O que havia de fato estava nas unidades artesanais do mundo rural, de impossível fiscalização pelo isolamento dos núcleos; demais, o artigo era rústico, enquadrando-se nas exceções admitidas.

O pequeno vulto do que se fez ao longo dos trezentos anos tem explicações diversas: o Pacto Colonial; o rudimentarismo dos trabalhos, mesmo no Ocidente europeu, até o último terço do século XVIII; a falta de tradição portuguesa no aproveitamento racional de matéria-prima. O obstáculo definitivo é a produção de gêneros agrícolas para o exterior, mola do sistema colonial, com a grande empresa, trabalhada pelo escravo sobre o latifúndio. Essas grandes unidades buscavam a auto-suficiência, de modo que produziam o que lhes era necessário. Não havia diversificação do mercado, característica do capitalismo, com o aumento da produtividade e o espírito do lucro. A ausência de mercado interno é fruto desse espírito de auto-suficiência dos núcleos rurais, bem estudado pelo economista Gilberto Paim em **Industrialização e economia natural**.

Pode-se dizer, pois, que, ao longo da Colônia, não há atividade que chegue a dar impulso que sirva como marco de desenvolvimento fundado na indústria. Talvez se pudesse lembrar o açúcar, o ouro ou a tecelagem. Ora, a produção agro-industrial do açúcar, então, é bem mais agrícola que industrial; a mineração é predominantemente extrativa, pouco sendo feito na elaboração do produto; a tecelagem, pela dispersão e pelo destino imediato e reduzido das atividades, não chega a marcar um rumo. Devem ser referidas como antecedentes do processo industrial. O que domina aí, na maior parte das vezes, é o artesanato. Só a produção de açúcar é atividade industrial.

A primeira tentativa de ruptura do quadro é o segundo momento, representado pela transferência do governo português para o Brasil, em 1808; procura-se instaurar a indústria, timidamente, mas a nação não a comporta. Luta-se pela supressão dos monopólios e quaisquer restrições, o país já estaria maduro para a indústria. O anseio liberal é vivo, com o justo entendimento da realidade nacional, como se vê nos **Princípios**

de Economia Política, de José da Silva Lisboa, de 1804, ou nas **Cartas econômicas e políticas**, de João Rodrigues de Brito, de 1807. Daí a libertação do comércio, a revogação do alvará de 1785. E muitas providências são tomadas para incremento econômico, com alvarás recomendando o uso de panos nacionais pela tropa, isenção de tributos a mercadorias para fábricas, privilégios a inventores ou pioneiros na adoção de máquinas novas; instalação de filatórios, com assistência técnica, no próprio palácio do govêrno, como se viu em Vila Rica, em Minas, em experiência que se transfere de local, pelo malôgro. Era a tentativa de superar a produção caseira por fábricas. Também a mineração é favorecida, sobretudo com a atração de técnicos como Eschwege, Varnhagen, Manuel Ferreira Câmara. A siderurgia vai começar, em Minas, com a Fábrica Patriótica, em Congonhas sob a direção de Eschwege; a de Morro do Pilar, com Câmara; em São Paulo, com a de Ipanema, com Varnhagen. A siderurgia vive o seu momento mais significativo no século XIX, que malogra pela sobrevivência de forjas e por falta de mercado interno. Tem início a exploração de minas de ouro, em esforço que depois se multiplicará, com capital nativo ou britânico. Vêm estrangeiros como imigrantes, há repartições públicas incumbidas da vida econômica.

As providências oficiais, no entanto, não se concretizam. E' que continua a falta de mercado interno: a população que adquire mercadorias é reduzida, uma vez que poucos dispõem de capacidade aquisitiva; a população rural continua a abastecer-se. Demais, a política ambígua da Corôa não podia conduzir a resultado: ao mesmo tempo que incentiva à ação, Portugal faz com a Grã Bretanha o Tratado de 1810, na linha dos velhos Tratados prejudiciais ao próprio interêsse. Com as facilidades de importação de mercadorias britânicas, a produção nacional não pode sobreviver: mal começa e tem que parar, pois o produto importado pode ser mais barato e é melhor, uma vez que de país pioneiro em indústria. A ordem dominante, por excelência agrária, adapta-se bem à situação, que não a prejudica: pode compor-se com o britânico, como antes com o português.

O impulso de 1808 é importante, devia libertar de fato o Brasil. Entretanto, foi antes possibilidade que realidade, perspectiva que não se efetivou, pelo fato de que o próprio govêrno que o sugeriu é logo conduzido a atos que o anulam. E o país continua em suas atividades artesanais generalizadas, de âm-

bito restrito, uma vez que as manufaturas tentadas malogram, enquanto a produção agro-industrial do açúcar está em crise.

O terceiro momento é a contar da década dos cinquenta. Até aí, o governo da jovem nação só se ocupava do problema político, tinha que construir o Estado. Como a importância natural da economia agrária condiciona a política, as outras atividades continuam relegadas a segundo plano. Leis liberais não protegem a produção nativa, que não pode enfrentar a concorrência do artigo importado. Afinal, lei tarifária de 1844 estabelece medidas que podem significar proteção, embora o objetivo fôsse sobretudo fiscal. A reforma não atingiu os objetivos: como as novas tarifas eram moderadas, o Tesouro não foi bem satisfeito e as indústrias não foram favorecidas quanto necessitavam. Deve-se referir também, pelos seus reflexos, a repressão do tráfico de escravos, em 1850. Se o capital que então se investia no negócio de compra no exterior pode continuar a ser investido, agora no tráfico inter-provincial, o certo é que êle terá sido encaminhado também em outras direções. O parco capital nativo está sem o antigo emprêgo e tem que obter colocação: daí a formação de sociedades de todo tipo, para fábricas, bancos, ferrovias. Demais, a lavoura cafeeira já é riqueza sólida e tende a expandir-se, aumentando a renda nacional. Contribui ainda para o período a paz que se conhece, após o abafamento de muitas lutas e a consolidação da ordem interna. Era o esplendor do Império.

E' natural, pois, a impressão de desenvolvimento, prosperidade. Multiplicam-se as iniciativas, não mais, como na regência de D. João, sob o signo oficial, mas pelo capital particular, pelo investimento privado. As chamadas fábricas nacionais encontram-se no Rio e nas Províncias. Em 1861 e 66 realizam-se exposições industriais — fato significativo, apesar da modéstia do que se exhibe e da falta de repercussão do acontecimento. Constroem-se ferrovias e instala-se o telégrafo, em busca de integração nacional. E' a "éra Mauá", de que é símbolo e expoente Irineu Evangelista de Sousa, mentalidade de empresário ousado mesmo para o país de hoje, quanto mais para o daquela época. Aparição fantástica no Brasil de meados do século XIX, é razoável o temor e mesmo o espanto que causou, como é natural a incompreensão de que foi vítima, que o levou à falência e levou ao malôgro muito do que construiu.

Não há proteção tarifária adequãda, com a dança de leis reguladoras da matéria, feitas sobretudo para abastecer o Te-

souro e defesa do agricultor, classe dominante. Em 1880 cria-se a Associação Industrial, que vai lutar pela sua causa. Pela primeira vez o debate vai ser vivo entre os interesses da agricultura, do comércio e da indústria. Cria-se no país a consciência de que êle deve desenvolver-se, ter autonomia, sem depender dos outros. Nacionalismo e indústria já se encontram associados, o que ir ser cada vez mais nítido, como se vê pelas atitudes e pelos debates estudados no livro de Nícia Vilela Luz, **A luta pela industrialização do Brasil**. Foram atividades consideráveis então, além de outras: as antigas fiações e tecelagem, generalizadas pelas Províncias; as fábricas de chapéus, retrós, calçados e artigos de couro, vidro, louça, produtos químicos, instrumentos de ótica, náuticos, engenharia, alimentos (açúcar, laticínios, massas, doces, bebidas), cigarros, sabão, velas, fundições. As unidades são em regra pequenas: as mais comuns são mesmo muito pequenas, destinando-se ao consumo de área restrita — algumas cidades ou a Província. Em época já de apreciável tecnologia, na Europa e nos Estados Unidos, o Brasil continua prêso a padrões rotineiros, sem adotar o que se conseguira pela ciência. A sociedade patriarcal resiste à máquina, que lhe alteraria a velha estrutura. Se particulares, revelando espírito empresarial, instalam máquinas em fábricas e fazendas, se o Estado incentiva o gôsto e o emprêgo de inventos, a extensão da experiência é pequena. Poder-se-ia evidenciar a estagnação com a indústria do açúcar, que custa a adaptar inovações e se recusa a organizar-se, como lhe determina o Estado, em engenhos centrais. O mesmo se pederia dizer da mineração.

Em síntese, a década dos cinqüenta assinalou outro momento significativo do processo industrial, apresentando ritmo sempre crescente, sobretudo nos últimos anos do Império. Alguns fatôres o explicam: segurança do país; política tarifária, por vêzes protecionista, embora sempre tímida; dificuldades no pagamento das importações; queda do câmbio, que encarece a mercadoria estrangeira; lei de repressão do tráfico, que libera o capital; eventualidade de um empresário moderno, do tipo de Mauá; crises da lavoura, que alertam para o perigo do exclusivismo agrário; surgimento de uma consciência do interesse industrial, que leva às associações; esbôço de uma ideologia nacionalista. Há ainda fatôres a tolher o impulso: sobrevivência da ordem agrária, condicionante da orientação política; defesa da importação, pelos seus agentes aqui; continuação, no meio rural, de atividades artesanais; pequena di-

menção do mercado e falta de meios de pagamento, da maior parte da população; permanência do trabalho escravo, que leva à técnica rudimentar, sem uso de máquinas; a falência de Mauá e as crises econômico-financeiras de 1864 a 75, que levam ao descrédito e que ainda não se firmara no conceito popular; situação deficitária das finanças públicas — embora a balança comercial apresente saldos significativos desde 1861 —, responsável pela instabilidade que não cria o clima de confiança e leva à revisão de tarifas, para equilíbrio. Há progresso real nessa segunda metade do século, o capitalismo começa a ser estruturado. Esse momento, portanto, se não constituiu impacto, teve força bastante para ser mantido. Sem dados para caracterizar o período, parece-nos possível apresentá-lo como manufatureiro.

O quarto impulso é antes aceleração do que havia e se verifica no início do regime republicano. Tem alguma audácia, mas muita artificialidade. Coincide com o novo sistema político o trabalho assalariado, findo a escravidão; torna-se comum a presença do estrangeiro: faz-se ousada política financeira, com emissões. Para o assunto que nos interessa, este é momento significativo: a mentalidade patricia, até então tímida e tolhida pelos poderes públicos, vê-se de momento para outro incentivada à aventura. Se muito do que fez foi simples especulação, sem o fim de criar riqueza real, a nova orientação teve efeitos positivos, que agiriam a longo prazo, apesar da política de cunho oposto que se tentou. O Rio ainda é o eixo do processo produtivo, embora São Paulo não tarde a tomar-lhe a dianteira.

Espírito de apêgo ao desenvolvimento é o que se vê em 1903, em Minas, com o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial. O censo industrial, feito em 1907, iniciativa do Centro Industrial, criado em 1904, consigna já 3.187 estabelecimentos, que empregam 149.556 operários, em quadro geográfico irregular, com mais de 30% na capital da República, cerca de 7% no Rio de Janeiro e 16% em São Paulo. A indústria de alimentação é a primeira, seguida pela têxtil. De acordo com o inquérito, a iniciativa nacional supria 78% das necessidades, cabendo 22% à importação. Os estabelecimentos são reduzidos, pela produção, pela frágil força motriz, pelo capital, pelo número de empregados. Não dispomos de dados para caracterizar essas unidades se em muitos o que há é simples artesanato, a maioria deve enquadrar-se com o rótulo de manufatura, enquanto outros têm já a nítida fisionomia da indústria propriamente, pelo

vulto, pelas máquinas, pela divisão do trabalho, pela racionalidade.

A guerra de 1914 vai marcar o quinto momento, com variações notáveis do ângulo quantitativo e algumas variações do ângulo qualitativo. Mais que o período anterior, este é marcado pelas dificuldades de importação, por causa da guerra. O país tem que produzir o artigo de que necessita. Emissões e exigências de consumo favorecem a atividade. Se cai a importação e aumenta a exportação, se é melhor a situação do câmbio, economia e finanças apresentam quadro favorável, para logo voltar ao desequilíbrio, com a normalidade internacional. O censo de 1920 assinala grande aumento: 13.569 estabelecimentos, embora os operários sejam apenas 293.673 (as fábricas empregam ainda, nos serviços de administração, 37.644 pessoas). E' aumento de unidades reduzidas, portanto. E o número poderia ser bem maior, pois o censo não indagou do que se fazia do mundo rural. A média geral de trabalhadores por fábrica é de 21, chegando a 35 nas fábricas que dispõem de força motriz e até 6 nas que não dispõem de instalações mecânicas (note-se que quase a metade do número de estabelecimentos — 6.918 — emprega de 1 a 4 operários apenas). A força motriz é de 363.296 HP, dos quais 146.670 HP de eletricidade e 112.221 HP de máquina a vapor, além de motores de combustão interna, rodas d'água, turbinas hidráulicas. Em 1907 havia apenas 114.555 HP, com percentagem mínima de eletricidade. Em 1920, 6.750 estabelecimentos têm motores mecânicos, enquanto 6.585 não têm. Vê-se, por aí, que quase a metade não conta com instalações mecânicas, devendo apelar para a energia do braço do homem que trabalha.

As dificuldades de importação explicam o surto, também ajudado pela riqueza cafeeira, que gera importante renda no país. Esse produto agrícola é que criou o mercado interno, fundando a indústria. E' o fazendeiro do café, sobretudo, com base capitalista, gosto das inovações tecnológicas e da empresa racional, que é o antecessor do grande industrial de São Paulo, símbolo do espírito pioneiro. Já se faz uso generalizado de eletricidade, as máquinas operatrizes são mais baratas, de modo que há elevação do nível tecnológico, com a tendência de superação da ordem artesanal ou manufatureira antiga. E' uma indústria sobretudo de bens de consumo. O surto deve durar, as fábricas não vão mais ser desfeitas: é o que se vê com as de alimentos, para exploração de carne ou conservas, que despertam interesse do capital britânico ou norte-americano

para os frigoríficos; o capital estrangeiro também atenta para outros setores. O número de estabelecimentos vai em aumento: criados 9.141, de 1920 a 1929. A atividade mais significativa que surge é a siderúrgica, com a indústria pesada, em 1921, em Sabará, com a Belgo-Mineira. Ao longo desse período, de 1914 a 1930, a indústria se desenvolve como reflexo da situação internacional, mas sofre também recuos pela mesma causa, como se vê desde 1924, com a recuperação econômica da Europa e dos Estados Unidos. O que se fizera, no entanto, era para durar: a indústria, se tinha ainda debilidades, já estava imposta e era irreversível. A contar desse período ela já deve ser vista como a nota principal, embora ainda não domine pelo número.

O sexto momento, que é o mais importante de todos, é marcado pela segunda guerra mundial. Se a 1930 a 1939 não há nada de espetacular, com o crescimento em ritmo comum, há agora novo impulso, em decorrência dessa guerra, que terá aqui os mesmos reflexos que a primeira, de modo ainda mais acentuado. Fortalece-se a tendência à substituição de importações, o país caminhando para o próprio abastecimento. As indústrias de base são mais consideradas. Em 1940 o país tem 49.418 estabelecimentos, que empregam 781.185 operários e 179.478 pessoas na administração. Se cresceu tanto o número de unidades — 13.569 a 49.418 —, o número de operários cresce pouco — de 293.637 a 781.185 —, o que faz que o número de operários por unidade seja menor que em 1920, como o desse ano já era inferior ao de 1907. Muitos desses estabelecimentos não dispõem de máquinas, não têm pessoal para tarefas especializadas, constituindo-se em produtores isolados. Continua em parte o peso do artesanato, de manufatura, embora já se encontrem empresas com a melhor organização técnica. São Paulo acentua ainda mais sua superioridade sobre os outros Estados. A guerra leva aos interesses pela industrialização de matérias até então ainda não consideradas: acentua-se a procura da borracha e sua transformação em artefatos de todo tipo; cuida-se da industrialização dos óleos vegetais, para a produção de tintas, vernizes, óleos, medicamentos, alimentação — daí a importância da mamona, da carnaúba, do babaçú, do côco, do amendoim e muitos outros. No capítulo das indústrias de base, a obra marcante é a Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941. Outros empreendimentos são a Fábrica Nacional de Motores, a Companhia Nacional de Alcalis, a Companhia Vale do Rio Doce. Verifica-se enorme incentivo à produção de ci-

mento. A administração é organizada para o desenvolvimento econômico, o Estado se impõe como o grande empresário, com repartições especializadas, quadros técnicos e a política de planos. O governo, com suas iniciativas, cria condições para as empresas privadas. Assiste-se ao grande debate sobre o futuro da nação, quando se fixa a política do desenvolvimento. O impulso conhecido pelo país representa força que não pode ser detida.

Esta é, realmente, a grande arrancada — para usar o conceito de **take-off**, que o economista Rostow pôs em moda nos estudos de História Econômica —, que instaura um sistema que significa a mudança da economia, não só no aspecto quantitativo, como, principalmente, no qualitativo. A atividade, agora, não é mais só para os bens de consumo, mas para os bens de produção, para os setores básicos, para aqueles que possibilitam os artigos comuns e multiplicam seu rendimento. Se se altera a qualidade, aumenta muito a quantidade: em 1950, o número de estabelecimentos é de 78.434, com o emprego de 1.256.807 operários — aumento considerável para um decênio. Muda-se a fisionomia econômica do país, em processo de modernização, de racionalidade, de modo a equipará-lo ao que o mundo tem de mais avançado. Com tudo o que se faz nessa base é irreversível, o país não pode mais parar, como se vê nos anos seguintes, quando toda a atividade industrial cresce, até apresentar a situação atual, vivendo alguns momentos mais dinâmicos e outros menos intensos, mas sem possível recuo. Esse é o arranco definitivo, em que a indústria é realidade, com a superação do antigo quadro artesanal e manufatureiro, que só subsiste em certos setores ou áreas, sem significado mais profundo no quadro econômico da nação, embora o seu número de unidades e de pessoas que empregam.

Tentamos, pois, uma periodização, reconhecendo seis momentos. Nesse esquema, temos que os marcos assinalam arrancadas, decolagens que não se completam — com exceção do último — pelos obstáculos surgidos, alguns estruturais — os significativos —, outros episódicos. Não se pode falar que a atividade nasceu várias vezes, pois ela existiu mesmo na Colômbia; esses momentos assinalam impulsos que são abortados ou detidos, mas que sempre deixam, além de sinais, algo mais duradouro. A contar sobretudo do quarto momento — 1890 —, a atividade já tem elementos para continuar, crescer, sem recuo possível. E a contar do sexto momento é o êxito: a grande

arrancada representa qualquer coisa de profundo, que vai impor não só mudança econômica, mas também social e política.

3). — Na síntese que se tentou, vê-se que não foi fácil a marcha das atividades de transformação da matéria prima. A organização social, voltada para a terra e seus produtos, não a propiciava. O sistema colonial, ligado ao exterior, considerava o país como fonte de recursos: o Brasil os fornecia, recebendo o artigo elaborado.

Daí a extensão do artesanato, no mundo rural, para abastecimento de mercadorias simples, no ideal de auto-suficiência. Quando já há alguma divisão do trabalho, no processo da manufatura, além do obstáculo anterior, lembre-se a influência negativa do escravo, da falta de tradição da máquina, do preconceito contra o esforço manual, além da pobreza generalizada e da tecnologia rudimentar. As instalações mecânicas, que substituem a força do homem, custam a ser feitas. A máquina só se impõe, configurando a realidade industrial, no quinto momento da história do aproveitamento da matéria prima, que é o representado pelo impulso de 1914, reflexo da guerra. E a contar daí será sempre crescente, marcando a instauração definitiva da indústria. É certo que o artesanato e a manufatura permanecem, com significado social importante no conjunto do país, mas com pouco peso econômico.

A caracterização exata da atividade, hoje e em outras épocas, não é fácil: se artesanato, se manufatura, se indústria. Enquanto para os dias atuais as publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dão farto material, sobretudo nos censos industriais, para o começo deste século já é menos fácil, uma vez que censo de 1907, apesar da opulência de dados, ainda deixa a desejar, pois não considerou muito do que devia. Para períodos anteriores o problema é ainda mais difícil, pela falta de informações minuciosas. A caracterização de um período esbarra com a pobreza de dados, mas deve ser tentada. Para este século e para os anteriores, exige ainda muitas investigações e monografias, de caráter descritivo e interpretativo. Só a História pode fornecer material para que se aplique com certo rigor o conceito devido. Cabe ao historiador estudar o assunto não apenas por sua importância no passado e no presente, como também pelo fato de que seu exame ocupa o sociólogo, o político, o administrador, o economista. Os estudos desses técnicos requerem a colaboração dos que se dedicam à história, para a justa colocação de seus temas, impondo-se-lhes

a matéria ainda por ser ela a base do processo produtivo, essencial ao bom entendimento da realidade histórica.

Focalizando o assunto aqui, nada mais pretendemos que chamar a atenção do historiador. O tema é rico e foi apenas afluído, precariamente. Seu estudo em profundidade e em extensão implica em investigações que ainda não foram feitas e que nos parece que se impõem, para que a historiografia brasileira adquira mais densidade. Estamos conscientes dos limites da comunicação que se acaba de fazer: ela nada tem de dogmático, pretendendo apenas funcionar como hipótese, sugestão, em busca da objetividade terminológica. Para que outros desenvolvam e aprofundem essas idéias é que as apresentamos ao III Simpósio dos Professores de História.

*

Obras citadas.

- Antonil (André João). — **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1923.
- Brito (João Rodrigues). — **Cartas econômicas e políticas**. In "A economia brasileira no alvorecer do século XIX". Salvador. Livraria Progresso.
- Clark (Colin). — **Les conditions du progrès économique**. Paris. Presses Universitaires de France. 1960.
- Fourastié (Jean). — **Machinisme et bien-être**. Paris. Les Éditions de Minuit. 1952.
- **La productivité**. Paris. Presses Universitaires de France. 1957.
- Holanda (Sérgio Buarque de). — **Caminhos e fronteiras**. Rio de Janeiro. Livraria José Olímpio. 1957.
- Lima (Heitor Ferreira). — **Formação industrial do Brasil (Período colonial)**. Rio de Janeiro. Editora Fundo de Cultura. 1961.
- Lisboa (José da Silva). **Princípios de Economia Política**. Rio de Janeiro. Pongetti. 1956.
- Luz (Nícia Vilela). — **A luta pela industrialização do Brasil**. São Paulo. Difusão Européia do Livro. 1961.
- Marx (Carlos). — **El Capital, I (Libro primero, Sección cuarta — XII e XIII — División del trabajo y manufactura, Maquinaria y gran industria — P. 272/424)**. México. Fondo de Cultura Económica. 1959.
- Paim (Gilberto). — **Industrialização e economia natural**. — Rio de Janeiro. Instituto Superior de Estudos Brasileiros. 1957.
- Sombart (Werner). — **La Industria**. Barcelona. Editorial Labor. 1931.

*

* *

INTERVENÇÕES.

Do Prof. José Roberto do Amaral Lapa (F.F.C.L. de Marília, S. P.).

Queremos, inicalmente, cumprimentar o Prof. Iglésias pelo seu excelente trabalho, que pode ser considerado pioneiro como esforço de conceituação no campo da historiografia brasileira, respondendo assim a uma necessidade que já se fêz sentir no I e II Simpósios, dando mesmo em resultado que nomeássemos uma Comissão para estudar e precisar uma terminologia e uma conceituação que se faz cada vez mais necessária para o estudiosos da História no Brasil. Infelizmente essa proposta até hoje não foi concretizada. Entretanto, o Prof. Iglésias com o seu trabalho oferece a êste Simpósio uma contribuição que é fundamental para tôda a discussão que aqui se fará nas sessões de estudo.

A nossa observação, que fazemos com todo o respeito que temos pelos títulos e pelas obras do Prof. Iglésias, que tanto dignificam a história econômica e a história das Idéias no Brasil, diz respeito à proposta que faz o autor para uma periodização do processo industrial no Brasil. Quando êle ao considerar o largo momento representado pelo período colonial, afirma que em aquêle período “só a produção do açúcar, feita em engenhos, é atividade industrial”. Queremos, nesse sentido, considerar também como atividade industrial, utilizando-nos do próprio conceito proposto pelo Prof. Iglésias, em todos os seus têrmos, a construção naval durante o período colonial. Se o fazemos é porque estamos convencidos da sua importância, do complexo que ela representa, embora sob patrocínio estatal, particularmente no século XVIII e na Bahia colonial. O vulto de capitais que ela convocou, o volume de matéria-prima brasileira madeira, fibras e resinas vegetais etc., que ela requisitou e transformou, a mão-de-obra qualificada ou não que ela importou ou aqui formou, concentrando nos estaleiros, a competição que ela exerceu em relação inclusive aos engenhos de açúcar e as implicações comerciais que ela permitiu, fazemos considerá-la como atividade industrial, pois ignorá-la ou classificá-la como atividade artesanal ou de manufatura não nos parece a identificação que mais possa corresponder à realidade histórica. Ainda que o complexo de esforços que ela exigiu fôsse quase exclusivamente humano, reivindicamos para a construção naval, pelos motivos apontados e pelos resul-

tados qualitativos e quantitativos que sôbre ela conseguimos apurar em pesquisas que vimos realizando em arquivos nacionais e estrangeiros a condição de atividade industrial.

*

Do **Prof. Dióres Santos Abreu** (F.F.C.L. de Presidente Prudente, S. P.).

Indaga:

1.º). — Qual a colaboração que o capital estrangeiro, particularmente o inglês, trouxe para a industrialização do Brasil no século XIX?

2.º). — Qual a importância da fabricação do xarque e da carne de sol no período colonial?

*

Da **Profa. Nícia Villela Luz** (F.F.C.L. da U.S.P.).

Deseja salientar a importância da comunicação do Prof. Iglésias e pedir esclarecimentos em relação a uma dúvida que lhe assaltou já ao preparar a sua própria comunicação a êste Simpósio. Trata-se da referência feita por Luccock a uma “fábrica” de tecidos de algodão e lã, que não se limitava ao abastecimento do mercado local e que teria existido e prosperado anteriormente ao alvará de D. Maria I, na região de Barbacena. Teria então havido, antes da transferência da Família Real para o Brasil uma tentativa manufatureira em Minas Gerais?

*

Do **Prof. Ady Ciocci** (Faculdade Ciências Econômicas “São Luís”, S. P.).

Pareceu-lhe ouvir falar em divisão de trabalho no período manufatureiro e que de acôrdo com Marx, vai do XVI até fins do século XVIII.

Pergunta se a divisão do trabalho, que é fundamental para a Revolução Industrial, decorreu principalmente da obra **Riqueza das Nações**. Como ficaria aí a posição de Adam Smith, considerado que é como a ferramenta intelectual dessa Revolução?

Desejaria, se possível, uma conceituação da Revolução Industrial e saber se o processo de “automação” pode ser decorrência desta Revolução.

*

Do **Prof. István Jancsó** (F.F.C.L. da U.S.P.).

O critério utilizado, parece-lhe, foi o de tentar estabelecer a distribuição em tese de artesanato, manufatura e indústria mediante o do grau de complexidade mais ou menos equivalente que permite, por solicitar, a constante adequação desse nível tecnológico.

Pergunta, pois qual a precisão conceitual apresentada e em que termos o Prof. Iglésias supera a imprecisão: “a conjuntura determina as transformações”?

*

Do **Prof. Elzio Dolabela** (F.F.C.L. da P. U. de Campinas, S. P.).

1.º). — Já que se falou em periodização, poderíamos incluir uma fase, a atual, em que o artesano, em virtude de não poder concorrer com a máquina em bases econômicas, seria a sua sobrevivência devido à terapêutica ocupacional?

2.º). — Poderíamos incluir como característica do artesanato a utilização da capacidade de trabalho, durante a entre-safra, os períodos de frio, etc., difíceis de trabalhar fora de casa?

*

Da **Profª. Alice Pifer Canabrava** (F.C.E.A. da U.S.P.).

Reconhecendo os grandes méritos do trabalho do Prof. Iglésias e as grandes dificuldades da tentativa de periodização do desenvolvimento das atividades de transformação da matéria prima e produção de bens de consumo e produção no Brasil, pergunta se é defensável a periodização proposta em seis fases, pois do próprio texto da comunicação constam, ao que parece, várias contradições: a) sobre o segundo momento (período de D. João VI) como o Autor esclarece, não se concretizaram as medidas da política de desenvolvimento tentadas por D. João VI, tendo apresentado antes uma possibilidade do que uma realidade; b) sobre o terceiro momento (a contar da década dos

50 do século XIX) o Autor diz que a reforma tarifária não atingiu seus objetivos e a lavoura cafeeira continuou a expandir-se. O texto refere-se às “chamadas” fábricas e não a fábricas propriamente ditas; c) no quarto impulso (início do período republicano), vê o Autor “alguma audácia, mas muita artificialidade”, e suas unidades de produção representam antes simples artesanato, devendo enquadrar-se no rótulo de manufatura; d) no quinto momento (guerra de 1914), as variações notáveis para o Autor, são do ângulo quantitativo e do ângulo qualitativo há apenas “algumas variações”. Pergunta, pois, ao Autor se a arrancada definitiva para a industrialização, o **take-off** propriamente dito, não se situaria somente a partir da Segunda Guerra Mundial, fase essa marcada, não apenas por desenvolvimentos quantitativos, mas por modificações estruturais de conseqüências profundas e definitivas na vida econômica nacional?

*

Da Profa. Maria Cecília Mauro Freire (F.F.C.L. da P.U. de Campinas, S. P.).

Deseja apenas um esclarecimento a propósito da periodização do processo industrial do Brasil.

Pergunta se podemos dizer que somente com a Revolução Industrial, a partir do século XVIII, é que encontramos uma consciência européia industrial, até que ponto podemos considerar como atividade industrial os engenhos brasileiros do século XVII, em que já encontramos o uso precário da máquina e a divisão de trabalho?

*

Do Prof. Raul de Andrada e Silva (F.F.L.C. da U.S.P.).

Indaga do Prof. Iglésias o seguinte:

Se aceitamos, como nos parece inquestionável, que, entre outros componentes, a “técnica de produção” é um dos elementos essenciais na diferenciação entre artesanato, manufatura e maquinofatura, não seria desejável que à periodização da evolução industrial brasileira, se associasse o estudo da evolução tecnológica para fins de uma “conceituação” mais precisa dessas atividades econômicas?

*

Do Prof. Alfredo Henrique Costa (F.F.L.C. de Franca, S.P.).

Não lhe parece satisfatória a conceituação de artesanato (pág. 3), porque não leva ela em conta seus aspectos econômicos. O que caracteriza o artesanato não é apenas o fato de fazer o artezão tôdas as fases da tarefa: é êle o proprietário, não apenas dos utensílios de trabalho, mas também da matéria prima de que se utiliza; êle não vende o seu trabalho, mas o produto do seu trabalho. Via de regra, trabalha para uma clientela restrita e não para o grande mercado.

Afirma que seria interessante que do III Simpósio saísse uma conceituação satisfatória do que seja artesanato.

*
* *

RESPOSTAS DO PROF. FRANCISCO IGLÉSIAS.

Ao Prof. José Roberto do Amaral Lapa.

Reconhece a legitimidade da observação da necessidade de focalizar outras atividades que não só a dos engenhos açucareiros. A construção de navios foi realmente trabalho importante no Brasil colonial, como está no texto da comunicação. Tem dúvidas, no entanto, em considerá-la como indústria, pois, apesar do vulto de capitais que requisitou, da mão-de-obra que empregou e das implicações comerciais que teve, prefere ver aí antes o esforço de montagem, um serviço importante, sem o emprêgo da máquina. Parece-lhe, assim, que não lhe cabe a qualificação de indústria: é possível, no entanto, que o esclarecimento melhor do problema, como sabe que está sendo elaborado pelo próprio Prof. Lapa, o convença do engano, quando retificará a opinião emitida.

*

Ao Prof. Dióres Santos Abreu.

A colaboração do capital estrangeiro, notadamente o inglês, foi grande no século XIX, fazendo-se sentir sobretudo na vida financeira, na construção de ferrovias e portos, no movimento comercial. Também na indústria ela se fêz sentir, mas em escala reduzida, como se vê, por exemplo, na associação dêses capital a empreendimentos como os que foram executados por Mauá.

A exploração da carne, com o xarque ou a carne de sol, foi referida no texto da comunicação. Essa atividade, entretanto, como as outras que se referem à produção de alimentos, não chegou a ter relêvo no âmbito nacional, fazendo-se sentir apenas em determinados locais ou épocas. Parece que não se deve dar a êsses esforços o nome de indústria, uma vez que êles não se enquadram no conceito que se adotou na comunicação.

*

A Profa. Nícia Villela Luz.

Sabe-se de tentativas manufatureiras em Minas anteriormente à vinda da Côrte portuguesa para o Brasil. Foram essas tentativas, principalmente em Minas, que provocaram o alvará de 1785 de D. Maria I. Sôbre a fábrica de tecidos de Barbacena, a que se teria referido Luccock, o autor da comunicação não tem elementos para informação pormenorizada.

*

Ao Prof. Ady Ciocci.

A obra de Adam Smith **A Riqueza das Nações** é importante não só para a História Econômica e para a Economia, mas para tôda a ciência social e para a psicologia, por ser a análise lúcida do estado econômico no fim da época manufatureira na Inglaterra e na alvorada do industrialismo. Publicada em 1776, tornou-se o ponto de referência de uma situação que se apagava e de outra que surgia. O autor da comunicação reconhece em Smith o economista que focalizou um momento importante na história ocidental, embora veja nêle antes a expressão dêsse momento do que prôpriamente a ferramenta intelectual da transformação que se verifica.

Quanto a conceituar Revolução Industrial, o autor da comunicação não vê como adequãda a fórmula que se cunhou, reconhecendo aí, antes que uma revolução, a aceleração do processo de desenvolvimento industrial. Como o conceito já é consagrado, prefere adotar a fórmula do velho Arnold Toynbee, ou seja a de que ela significou a passagem da manufatura para a maquinofatura, ou da produção manual à mecânica, da produção em escala reduzida, para consumo imediato, à produção em alta escala, para consumo até longínquo.

A automação parece lógica decorrência do industrialismo. E' nova fase, e muito importante, que no futuro talvez seja

vista como uma nova “revolução industrial”, pelos que gostam de formulações do gênero.

*

Ao Prof. István Jancsó.

Na comunicação é reconhecido que a conceituação dos termos tem que levar em conta a complexidade do nível tecnológico inserido numa realidade social ampla. Quando se diz que a conjuntura determina as transformações é que se tem em conta que ela é que condicionou o processo social, exigindo a todo momento mudanças no nível da produção para que a sociedade esteja equipada a dar a resposta que se exige dela. Não vê o autor imprecisão no que escreveu, apenas reconhecendo que podia ser mais completo, não fôsse o caráter de síntese dos trabalhos do gênero que apresentou.

*

Ao Prof. Élzio Dolabela.

Não parece ao autor que se deva ligar a sobrevivência do artesanato à necessidade de terapêutica ocupacional. É claro que o artesanato pode ter essa função, mas não é ela a principal; a sobrevivência de tal forma produtiva obedece a fatores imperativos, de natureza econômica. Também não reconhece nessa sobrevivência a necessidade de ocupar mão-de-obra no período de entre-safras ou de frio. É claro que então essas atividades podem ter mais cultivo, mas não é possível partir daí para a conceituação, que deve ater-se ao geral, não ao episódico.

*

À Profa. Alice Piffer Canabrava.

O autor reconhece que é discutível a periodização proposta, tanto que insistiu em que ela nada tem de dogmático. Não vê motivos, porém, para que se fale em contradições. Se é certo que só o movimento industrial incentivado pela Segunda Guerra Mundial é que deve ser visto como a verdadeira arrancada para a instauração da indústria no Brasil — é o que consta de sua comunicação também —, parece-lhe legítimo buscar os antecedentes dessa arrancada. Esses antecedentes são

os momentos em que se tentou a indústria e não se teve o desejado êxito, por inúmeros motivos que são sumariados na comunicação. Houve tentativas que não se concretizaram, arrancadas que foram malôgro. Cabe ao historiador fixar êsses momentos e analisá-los, que êles são expressivos não só da história da atividade, mas do quadro geral da realidade do país. E' através dêles, do reconhecimento de uma constância da preocupação com a superação a ordem tradicional, que se fixa a trajetória brasileira. E é essa palavra que se pede ao historiador, único que é capaz de esclarecer o seu exato sentido, por conhecer-lhe o passado. E' o historiador que tem o sentido da mudança, que capta as suas formas, ainda as mais dissimuladas. Daí o significado de seu depoimento, tão valioso para o economista, o sociólogo. O cientista social, hoje, pode satisfazer-se em reconhecer que a grande arrancada foi a Segunda Guerra: o historiador tem que saber algo mais, como é que se processava antes, com suas precariedades e dificuldades, o que hoje é uma conquista.

*

A Profa. Maria Cecília Mauro Freire.

O fato de haver uma consciência industrial mais definida em época muito recente não significa que não houvesse indústrias antes: elas já existiam não só antes da chamada Revolução Industrial, mas até em épocas mais recuadas. Assim, parece perfeitamente correto falar no engenho açucareiro do século XVII como indústria.

*

Ao Prof. Raul de Andrada e Silva.

E' exato o que se diz na observação : a periodização do processo industrial brasileiro, para ser bem feita, implica em estudo da tecnologia da produção, uma vez que ela é que autoriza a caracterizar um período como artesanal, manufatureiro ou industrial. O estudo sugerido, para ser bem feito, exige uma extensão que os limites de uma comunicação não comportam.

*

Ao Prof. Alfredo Henrique Costa.

Não parece ao autor da comunicação que o artesão vende só o produto do seu trabalho, mas não o seu trabalho. Nem

sempre o artesão é dono da matéria prima que elabora e dos utensílios que emprega: êle pode trabalhar para outro, que é o dono da oficina e do material que se transforma. Quanto ao destino do produto, não há divergência entre o que se escreveu e o que é arguido. Também o autor da comunicação deseja que do III Simpósio saia uma conceituação precisa de artesanato, como também de manufatura e indústria: foi exatamente com êsse objetivo que escreveu o seu estudo. Deve-se reconhecer, porém, a dificuldade de um conceito incontestável, uma vez que na ciência social não há rigidez, não há conquistas definitivas. O cientista social está em permanente procura de seus caminhos, em permanente reformulação de quanto apresenta.